



DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

Elos promove eleição
de parte da Governança
Corporativa
Página 3



Audiência no MPT
debate situação de
atendentes na Celesc
Página 3



CELESC

Assembleia Estadual: categoria aprova GREVE a partir de 12 de agosto

CELESQUIANOS E CELESQUIANAS SE REÚNEM EM PALHOÇA PARA CONSTRUIR A PAUTA DE REIVINDICAÇÕES PARA O ACT 2024/2025



O que motivou você a participar da Assembleia Estadual?

Trabalhadoras e trabalhadores respondem ao LV o que os motivou a participar da Assembleia Estadual em Palhoça, em 3 de agosto



Claudio Augusto da Silva Parente, 62 anos de idade, 36 anos de Celesc - Administração Central, Florianópolis: "A gente vem aqui para lutar pela nossa Participação nos Lucros e Resultados e essa reunião dos sindicatos da Intercel hoje pautará mais sobre a divisão da PLR entre os sindicatos. Esse foi o maior motivo para que eu viesse hoje aqui".



Mariana Goetten, 32 anos - Curitiba: "Mais do que lutar por direitos, ainda mais agora que a Celesc está tão complicada, nunca esteve tão ruim de se trabalhar na empresa. Eu sou da área de atendimento, estou aqui lutando, buscando melhorias e tentando trabalhar em equipe porque não só para mim, mas para todos de todas as áreas, temos que nos unir para conseguir uma Celesc melhor".



Davi Coelho, 61 anos, Itajaí, aposentado, dirigente do Sintevi: "Foram 30 anos a serviço da Celesc. Sei da importância da organização sindical e tenho convicção de que a Celesc só existe hoje como empresa pública graças à nossa organização, ao nosso sindicato. Então mesmo como aposentado, nunca falto e, enquanto puder, jamais faltarei, pois o momento mais importante do celesquiano é a Assembleia Estadual".



Nathalia de Liz, 22 anos, trabalhadora do STIEEL, em Lages: "Vim pela organização, para conhecer minhas amigas, porque trabalho no Sindicato (Stieel) em Lages e não conheço ninguém de fora. Então eu vim na Assembleia Estadual mais para conhecer e ter a experiência de estar aqui, e minha expectativa para o futuro é que a Celesc permaneça sempre pública".

Assembleia estadual reúne 500 celesquianos/as em Palhoça

Categoria aprovou início da greve para o dia 12 de agosto (segunda-feira)

Quase 500 trabalhadores e trabalhadoras da Celesc de todo o estado se reuniram no sábado, 3 de agosto, em Palhoça, para a Assembleia Estadual de consolidação da Pauta de Reivindicações para o Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025.

Logo na abertura, foi feita uma homenagem à trabalhadora do Sinergia Maria Eliete da Silva, a Detinha, que se aposentou do sindicato na última semana. Em seguida, foi debatida e votada a deliberação sobre a deflagração de greve por tempo indeterminado em todo o estado, a partir das 6h do dia 12 de agosto (segunda-feira), em função da ausência de contraproposta da empresa ao Acordo de PLR 2024. Em dezembro de 2023, a Intercel encaminhou à direção da Celesc a proposta de Acordo de PLR para 2024. Contudo, passados oito meses, a empresa ainda não havia encaminhado uma contraproposta - e, na semana passada, encaminhou uma Nota Técnica indicando a intenção de dividir a categoria na forma de distribuição da PLR. **Por ampla maioria, a greve foi aprovada.**



Na sequência, foram votadas todas as cláusulas que estarão na Pauta de Reivindicações da categoria, a ser entregue à empresa nos próximos dias.

O assessor do deputado estadual Fabiano da Luz (PT), Marcel Salomon, fez uma saudação aos presentes e reforçou o compromisso do mandato com a defesa da categoria e da manutenção da Celesc Pública. O deputado Dr. Vicente Caropreso (PSDB) mais uma vez se fez presente na Assembleia Estadual e também falou em defesa da categoria: "eu me coloco como um braço à disposição da empresa e **principalmente dos trabalhadores**. O que há de mais precioso numa empresa pública são as pessoas. Vocês têm a segunda menor tarifa nacional de energia. Algumas coisas dignificam o nome dessa empresa e nos trazem muito orgulho". Caropreso lembrou, contudo, de reclamações sobre o atendimento da Celesc nos últimos meses: "agradeço pelo excelente trabalho que vocês fazem. Mas algumas pessoas que fizeram contato comigo reclamam que o sistema comercial novo tem que mudar. Os caras inventam um negócio para facilitar a vida e não há funcionários suficientes para habilitar uma ligação ou pagar a sua conta". Por fim, Caropreso lembrou que fez interlocuções com a deputada federal Geovânia de Sá (PSDB) para auxiliar nos encaminhamentos da tramitação do projeto de Aposentadoria Especial para Elétrici-

tários que atuam em área de risco.

A Assembleia foi encerrada com o almoço de confraternização e a apresentação da Dbregas Drama Band, que tem como baterista o celesquiano Cristiano dos Passos.

Aposentadoria Especial



Ao final da fala do deputado Dr. Vicente Caropreso, a Presidenta da Federação dos Urbanitários do Sul (FESUL), Cecy Marimon, levou ao parlamentar a preocupação com a tramitação do projeto que visa recuperar a aposentadoria especial das pessoas eletricitárias que atuam em área de risco. Cecy agradeceu o apoio recebido da deputada Geovânia de Sá na relatoria do projeto na Câmara dos Deputados e solicitou ajuda do deputado e da bancada de seu partido no Congresso, pois o projeto agora tramita em outras comissões e é importante manter e aprovar o texto que contempla a categoria eletricitária.



Em plena mediação de ACT no TST, Eletrobras recorre ao STF

Sindicatos insistem que Acordo pode ser fechado na negociação

As negociações do Acordo Coletivo na Eletrobras foram realizadas em 5 rodadas em 10 dias de reuniões. A empresa apresentou sua única proposta formal nas negociações diretas com o Coletivo Nacional dos Eletricistas (CNE), contendo as cláusulas escritas, apenas em 28 de maio, afirmando que seria sua última proposta. Diante disso, os sindicatos convocaram as Assembleias e os trabalhadores da maioria das bases da Eletrobras rejeitaram a proposta da empresa e deliberaram pelo Pedido de Mediação no Tribunal Superior do Trabalho (TST) - e, caso a Eletrobras se recusasse a participar da Mediação, greve a partir de 10 de junho. Como a empresa não aceitou participar da Mediação, a greve foi iniciada em quase todo o país em 10 de junho e os sindicatos entraram com pedidos de Dissídios Coletivos de Greve no TST.

Os Dissídios foram recebidos pelo Ministro Mauricio Godinho, relator dos processos. Ele pediu a suspensão do movimento paredista, pois realizaria a Mediação do conflito antes do

possível julgamento do Processo pela Seção de Dissídios Coletivos do TST. Foram agendadas duas reuniões no TST em junho. Nessas reuniões, com atuação fundamental do Ministro Godinho e do Subprocurador Geral do MPT, Luiz Flores, foi possível avançar na retirada da cláusula de Readequação Salarial (negociações individuais de redução de salário) e em pontos como Gratificação de Férias, que passou de 1/3 para 50% no 2º ano da vigência do acordo, mas apenas a trabalhadores que entram na Empresa antes de 17/06/2022. Foi possível avançar em relação ao reajuste do IPCA, que passou a ser aplicado na parcela de até R\$ 6.000,00 a todos os trabalhadores da empresa.

No entanto, não foi possível chegar numa proposta de consenso e o TST entrou em recesso em 1º de julho, permanecendo assim até 31 de julho. Com esse cenário, o ACT vigente foi prorrogado na última reunião de Mediação do TST até 31/08/2024, e o Ministro sugeriu que as partes buscassem uma solução durante

o recesso. O CNE não mediu esforços para a celebração de acordo em mesa de negociação. Foram quatro reuniões em julho com a Eletrobras, três de forma presencial com um grupo participando por videoconferência, e a última reunião com um grupo menor, com todos participando por videoconferência.

Nessas reuniões, foi possível avançar em relação ao abono dos trabalhadores com salários de até R\$20.000,00, que passou de R\$4.000,00 para R\$ 7.000,00, mas houve a compreensão que havia espaço para melhorar este valor, pois a própria empresa sinalizou poder chegar a R\$9.000,00. Houve também avanço na cláusula de liberação de dirigentes sindicais. Ocorre que há pontos de impasse na negociação extremamente importantes aos trabalhadores, entre os principais, as cláusulas de Garantia de Emprego, da Arquitetura Salarial e do Plano de Saúde.

Assim, com a convicção que o Acordo ainda precisa melhorar, os sindicatos do CNE protocolaram no TST em 5 de agosto uma contrapro-

posta com vistas a fechar o acordo de uma vez por todas. Foi com surpresa e decepção que as pessoas trabalhadoras e as entidades sindicais tomaram conhecimento pelo informativo interno das empresas que a Eletrobras recorreu ao STF para declarar inválida a prorrogação do Acordo que está sendo mediado no TST.

A Intersul tem atuado ativamente na construção do Acordo de forma negociada. A interlocução junto ao CNE e advogados é intensa, dadas as últimas notícias sobre o pedido de julgamento do dissídio coletivo, bem como da liminar concedida à empresa pelo STF. O fechamento do Acordo Coletivo tem sido muito difícil e demandado bastante habilidade, mas os sindicatos seguem buscando a saída com maior segurança para as pessoas que trabalham na empresa. A orientação é que todas as pessoas fiquem atentas aos chamados dos sindicatos, para que, assim que houver uma saída negociada, com uma proposta viável, seja possível submetê-la às assembleias.

Audiência no MPT debate situação do atendimento comercial na Celesc

Reunião foi motivada após denúncia dos sindicatos da Intercel

Na segunda-feira, dia 5, sindicatos da Intercel e representantes da direção da Celesc se reuniram no Ministério Público do Trabalho (MPT) para a audiência sobre a **situação crítica de trabalhadores e trabalhadores afetados pelo Projeto Conecte**, em especial, atendentes comerciais. A Intercel denunciou em junho ao MPT as diversas violências sofridas pelo atendimento da empresa: pressão no local de trabalho, agressões verbais de consumidores e os diversos problemas técnicos que a categoria está enfrentando com a mudança de sistemas e que dificulta a execução do trabalho. Lamentavelmente, **nenhum diretor/diretora da Celesc participou da audiência**, o que demonstra o descaço pelo tema.



Após a Intercel apresentar um quadro atualizado sobre o atendimento comercial e a **falta de perspectivas de soluções**, a representação da empresa trouxe muitas informações sobre o sistema e pouco falou sobre o cuidado com trabalhadoras e trabalhadores.

O Procurador do Trabalho, Dr. Sandro Sardá, questionou **quando será solucionado o problema, qual a previsão de normalização do sistema e afirmou que não viu dados objetivos por parte da empresa**. Também disse

que a Celesc precisa oferecer segurança e saúde à categoria.

Pela empresa, foi afirmado que a previsão é que **entre setembro e outubro os problemas do novo sistema estejam solucionados**. Reconheceram um deficit de apenas 13 atendentes, contudo sinalizaram que esse deficit, na verdade, seria de 44 atendentes. A Intercel, na sequência, fez a cobrança para que seja feito o levantamento com a participação dos sindicatos da real necessidade do quantitativo de atendentes.



Após **forte discurso do Procurador do Ministério Público do Trabalho cobrando uma solução urgente aos problemas apresentados**, a Celesc se comprometeu a tentar viabilizar a contratação dos 44 atendentes comerciais que a própria empresa reconheceu como necessários.

Por fim, o Procurador afirmou que serão feitas inúmeras recomendações à Celesc - entre elas, as contratações de empregados em número suficiente para a solução dos problemas, e não descartou a realização de nova audiência a fim de que a Celesc apresente dados e não apenas discurso.

ELOS realiza eleição de parte da Governança Corporativa

Diretoria de Seguridade ainda não tem data prevista de eleição

Está aberto desde o dia 5 de agosto o período de votação nas eleições da Fundação ELOS. A votação se encerra dia 16 de agosto e ocorre exclusivamente de forma virtual, por meio do link da eleição distribuído por e-mail da Comissão Eleitoral aos participantes ativos, aposentados e pensionistas da ELOS.

É fundamental a participação de todos nesta eleição. As nossas fundações - do setor elétrico em especial - vêm constantemente sofrendo com investidas das patrocinadoras, no sentido de fazer fusões, ou alterar regulamentos e legislação tentando reduzir a capacidade de influência dos participantes na gestão, com o claro objetivo de, em seguida, entregar a administração destas fundações ao mercado financeiro.

Por isso os sindicatos da Intersul ressaltam a importância de votar massivamente neste pleito, conferindo maior legitimidade e, principalmente, buscando manter a representatividade dos participantes, elegendos as chapas notadamente comprometidas com o fortalecimento da Fundação Elos e, especialmente, com os interesses dos beneficiários.

Além dos Sindicatos da Intersul, entidades como a AAPE, APROSUL, APOUS, ANAPAR, tem contribuído nas lutas em defesa da ELOS e dos participantes em diversos fóruns. Por isso, ao votar, procure reconhecer as chapas identificadas com a luta destas entidades. Escolha uma chapa para cada órgão da Governança, votando para o Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e para o Comitê de Investimentos, pois cada área tem sua importância para a gestão da Fundação.

Diferente de anos anteriores, a eleição para o Diretor de Seguridade não será realizada concomitantemente, sob a alegação de que o mandato do Diretor atual se encerra somente ano que vem. No entanto, a eleição não está sequer confirmada. Na avaliação da Intersul, esta posição da gestão atual dá um indicativo de que a representação dos participantes está sob risco e precisamos fortalecê-la.

